



Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

17 de novembro de 2022

Ata da
51ª reunião
do COMEF
17 de novembro



Data: 17 de novembro de 2022

Local: Sala de reuniões do 8º andar
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 09h00;
17h00;

Presentes:

Membros do Comef
(Presidente e Diretores)

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente

Bruno Serra Fernandes
Política Monetária

Carolina de Assis Barros
Administração

Diogo Abry Guillen
Política Econômica

Fernanda Guardado
Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos

Maurício Costa de Moura
Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta

Otávio Ribeiro Damaso
Regulação

Paulo Sérgio Neves de Souza
Fiscalização

Renato Dias de Brito Gomes
Organização do Sistema Financeiro e Resolução

Chefes de Unidade responsáveis por apresentações técnicas:

Ângelo José Mont Alverne Duarte – *Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro*

Fabia Aparecida de Carvalho – *Departamento de Assuntos Internacionais*

Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Sérgio Mikio Koyama – *Departamento de Estudos e Pesquisas (substituto)*

Demais participantes:

Adalberto Felinto da Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada*

Alan da Silva Andrade Mendes – *Chefe do Departamento das Reservas Internacionais*

André de Oliveira Amante – *Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Angelo Marsiglia Fasolo – *Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Arnildo da Silva Corrêa – *Chefe da Assessoria Econômica*

Carolina Pancotto Bohrer – *Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro*

Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral do Banco Central*

Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*

Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*

Eduardo Urbanski Bueno – *Chefe de Gabinete do Presidente, substituto*

Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico*

Harold Paquete Espínola Filho – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias*

João André Calvino Marques Pereira – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*

**Ata da
51ª reunião
do COMEF**
17 de novembro



*Juliana Mozachi Sandri – Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta
Leonardo Martins Nogueira – Secretário-Executivo
Mauro Zanatta – Assessor de Imprensa
Olavo Lins Romano Pereira – Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais
Ricardo Eyer Harris – Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação
Ricardo Franco Moura – Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial
Ricardo Sabbadini – Chefe do Departamento Econômico
Ricardo Seviere Zeni – Chefe Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária
Rogério Antonio Lucca – Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamento*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro das principais economias segue resiliente. As instituições financeiras (IFs) bancárias nesses países mantêm níveis de capital e liquidez robustos. Simulações do Banco Central do Brasil (BCB) e testes de estresse realizados pelas jurisdições indicam que o sistema financeiro global permanece preparado para suportar choques adicionais.

2. O cenário global apresentou deterioração adicional desde a última reunião do Comef. A inflação continuou se elevando em grande parte das economias avançadas e emergentes, levando muitos bancos centrais a prosseguir com aumentos nas taxas básicas de juros e, em alguns casos, a anunciar mudanças em seus programas de compras de ativos. As perspectivas para o crescimento econômico global pioraram, com aumento da probabilidade de recessão ao longo dos próximos trimestres nas principais economias do mundo.

3. Em meio à elevada incerteza acerca do cenário econômico global prospectivo, a volatilidade dos ativos financeiros tem se elevado, reduzindo a liquidez em mercados sistemicamente relevantes, como os de títulos públicos de economias centrais. Ambientes de elevada incerteza, como o atual, favorecem que alguns riscos acumulados, especialmente no setor financeiro não bancário – decorrentes, por exemplo, da opacidade e da alavancagem elevada em fundos de pensão e *hedge funds* em algumas dessas economias – possam se materializar. Nesse sentido, ações de Bancos Centrais (BCs) têm se mostrado importantes para endereçar disfuncionalidades temporárias e mitigar o risco sistêmico.

4. A continuidade da deterioração do cenário macroeconômico global ainda não se traduziu em aumento relevante da inadimplência bancária, mas continua levando bancos globais com importância sistêmica (GSIBs) a elevar provisões de forma preventiva. Diante do cenário macroeconômico desafiador, várias jurisdições mantiveram ou aumentaram seus buffers contracíclicos de capital para fortalecer a resiliência dos bancos. Há sinais de desaceleração no mercado imobiliário das principais economias, a despeito dos preços de imóveis ainda estarem elevados para padrões históricos, caracterizando-se como fator de risco à estabilidade financeira. Os bancos centrais reiteram que as instituições financeiras estão preparadas para enfrentar eventual materialização de cenários adversos.

5. Os mercados financeiros internacionais têm mostrado maior sensibilidade a desenvolvimentos que afetem os fundamentos fiscais, inclusive em países avançados. Esse ambiente favorece a materialização de cenários extremos de reprecificação dos ativos financeiros e consequente aumento dos custos de financiamento, público e privado, trazendo também potenciais implicações para a estabilidade financeira.

6. A materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros no mercado global pode levar a impacto significativo sobre as economias emergentes. A combinação de inflação elevada, atividade em desaceleração e alta volatilidade nos mercados traz desafios para a comunicação das políticas monetária, fiscal e macroprudencial nesses países. A transparência, previsibilidade e credibilidade na condução dessas políticas são essenciais para mitigar os riscos sistêmicos.

B) Sistema Financeiro Nacional

7. O crescimento do crédito amplo continua condizente com os atuais fundamentos econômicos. O crédito para pessoas físicas permanece avançando de forma mais

acelerada em operações de maior risco e retorno e em operações ligadas a transações de pagamento. O crédito às micro, pequenas e médias empresas manteve o ritmo de crescimento, com relevante contribuição dos programas emergenciais para aquelas de menor porte. O crédito amplo continua crescendo de forma consistente, com destaque para o mercado de capitais. Esse segmento do crédito se mantém em forte expansão, representando importante fonte de financiamento, principalmente para as grandes empresas.

8. As provisões mantiveram-se adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas.

O aumento das provisões está condizente com a maior materialização de risco, em razão do crescimento do crédito em modalidades mais arriscadas e do aumento do comprometimento de renda das famílias. As novas concessões apresentam critérios mais restritivos, mas a materialização de risco deve permanecer em patamar elevado no médio prazo. O crédito para pessoas jurídicas tem apresentado redução da materialização de risco, exceto para as empresas de menor porte.

9. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais.

O sistema tem mantido ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. O nível de capital manteve-se estável e superior ao requerido. A rentabilidade está estável, na média dos últimos anos. A margem de crédito líquida das provisões encontra-se em seu mínimo histórico, sendo compensada por ganhos de tesouraria.

10. Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes. Desde a última reunião do Comef, a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal.

C) Principais pontos de atenção

11. O apetite ao risco das IFs no crédito às famílias permanece elevado. O ritmo de crescimento em modalidades mais arriscadas, como cartão de crédito e crédito não-consignado, segue alto, o que requer mais atenção em um ambiente de piora do comprometimento de renda e do endividamento das famílias. No entanto, algumas instituições já mostram critérios de concessão mais restritivos nessas modalidades. O Comef avalia que é importante os intermediários financeiros continuarem preservando a qualidade das concessões, levando em conta, notadamente, a exposição total dos seus clientes junto ao SFN.

12. As condições financeiras globais ficaram mais restritivas. A eventual materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros globais devido ao aperto monetário, ao aumento da volatilidade e à deterioração da liquidez em mercados sistemicamente relevantes, além dos riscos de recessão, pode levar a impacto significativo sobre economias emergentes. O Comef avalia que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de *funding* externo é pequena.

13. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, minimizando eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O aumento de gastos públicos e a incerteza sobre a trajetória do endividamento podem elevar os prêmios de risco e as expectativas de inflação, com reflexos à estabilidade financeira através do aumento da volatilidade dos ativos, da piora da capacidade de pagamento dos agentes, e da deterioração da qualidade do fluxo de capitais.

D) Decisão de política macroprudencial

14. O Comef avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento, caracterizado pela ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros. Considerando as expectativas do Comef sobre o crescimento do crédito, não há necessidade de ajustes na política macroprudencial no curto prazo.

15. Os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, embora existam incertezas a serem acompanhadas. O crescimento em modalidades com maiores retornos e, conseqüentemente, com maiores riscos indica aumento da inadimplência, mas ainda dentro de padrões históricos. O endividamento e o comprometimento de renda das famílias têm aumentado. Contudo, algumas IFs já apresentam critérios de concessão mais restritivos em modalidades de maior risco. No caso das pessoas jurídicas, observa-se o aumento dos ativos problemáticos nas empresas de menor porte. Assim, uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito. As informações disponíveis indicam que os preços dos ativos têm se comportado em linha com os fundamentos econômicos. O Comitê está atento à contribuição do mercado de capitais no crescimento do crédito amplo e às suas potenciais conseqüências para a acumulação de riscos. O Comef segue recomendando que as IFs mantenham a prudência na política de gestão de crédito e de capital.

16. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0% nas suas próximas reuniões. Aumentos do ACCP_{Brasil} entram em vigor somente um ano após as deliberações do Comef. A decisão considerou as condições financeiras restritivas do ambiente doméstico e internacional, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

